



ARACAJU - SE | MARÇO DE 2018 | ANO 12, Nº 1

Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Ibama valida reuniões públicas que discutiram o Teste de Longa Duração do reservatório de Farfan

O reservatório está localizado na concessão BM-SEAL-11 da Bacia de Sergipe - Alagoas, a 100km da costa



O Ibama validou as duas reuniões, realizadas nos dias 14 e 16 de dezembro de 2017, respectivamente, em Coruripe (AL) e Aracaju, para discussão pública do Teste de Longa Duração (TLD) do reservatório de Farfan, localizado na concessão BM-SEAL-11, a cerca de 100km da costa. As reuniões representaram uma das etapas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento e foram voltadas para os grupos de interesse identificados no estudo ambiental. Na primeira reunião, foram envolvidos os grupos dos municípios de Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe, Jequiá da Praia e Maceió, em Alagoas. A segunda reunião pública reuniu os grupos da capital sergipana, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Brejo Grande.

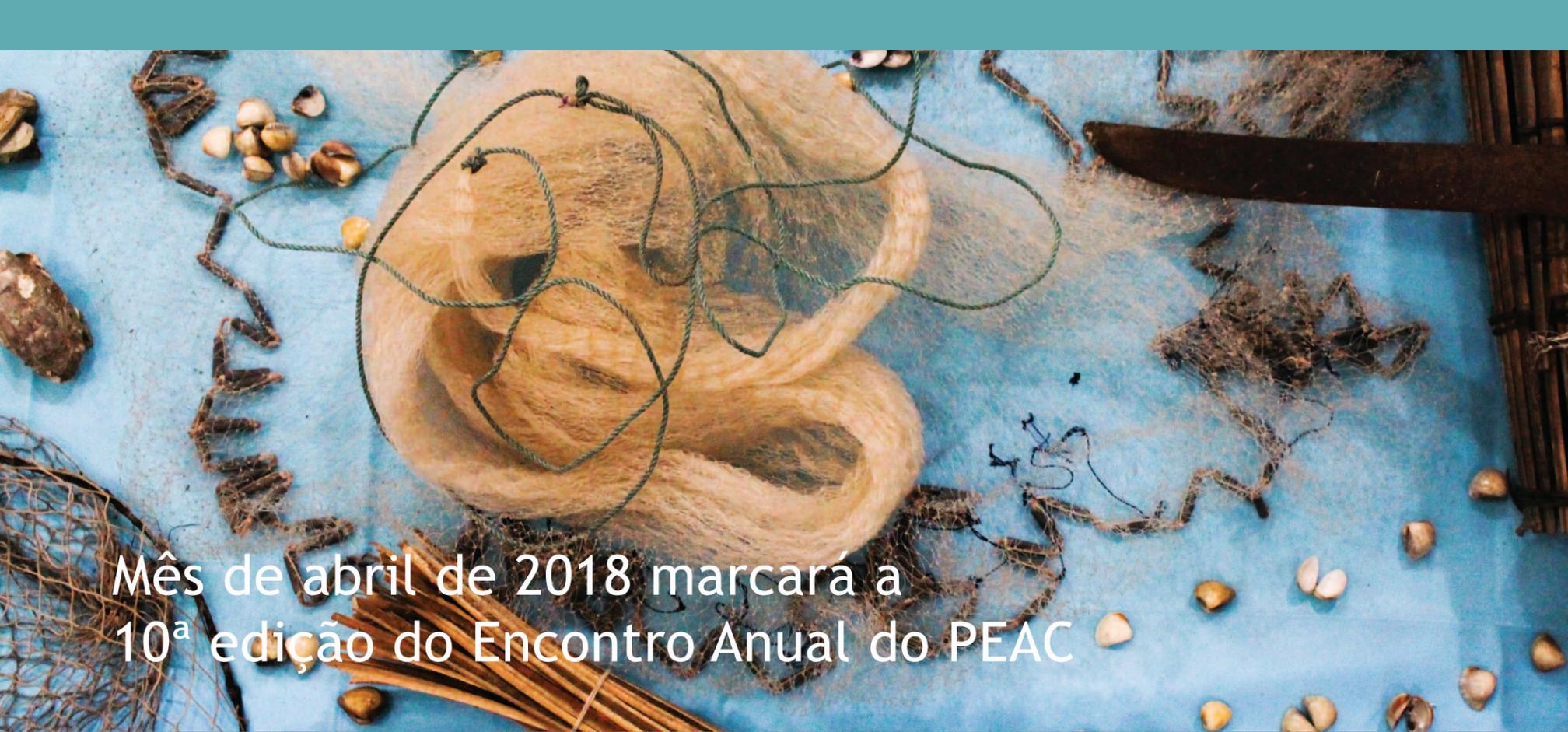
Os encontros foram iniciados com uma breve apresentação do Ibama sobre o processo de licenciamento. Em seguida, o empreendimento foi apresentado por

um representante da Petrobras. Entre diversas informações, ele explicou que o principal objetivo do TLD é validar tecnicamente os projetos necessários para o desenvolvimento da produção e prever o melhor modelo da plataforma a ser utilizada. Ele informou ainda que o teste durará seis meses com utilização de embarcação do tipo FPSO, que operará numa lâmina d'água entre 2.250 e 3.300 metros. O óleo produzido será transferido para outra embarcação para escoamento e o gás reutilizado ou queimado.

Já os impactos ambientais e medidas de controle associadas foram apresentados pela empresa de consultoria Mott McDonald. Por fim, o público presente expôs seus questionamentos, respondidos conforme o direcionamento do órgão ambiental. Entre os principais, destacaram-se: o cumprimento das medidas de compensação de empreendimentos

anteriores; a não inclusão do município de Pacatuba na área de influência do estudo; a continuidade do Programa de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro; interferências diversas sobre a atividade pesqueira; metodologia do estudo ambiental e linguagem usada na apresentação dos impactos; pagamento de royalties durante o empreendimento.

O coordenador geral de Licenciamento Ambiental e Empreendimentos Marinhos e Costeiros do Ibama, Antônio Celso Borges, que presidiu as reuniões, informou que os questionamentos seriam incorporados ao licenciamento e avaliados para a elaboração do parecer técnico a ser apresentado sobre o estudo ambiental. Até este momento (março de 2018), a Petrobras aguarda posicionamento do órgão ambiental para viabilização do empreendimento.



Mês de abril de 2018 marcará a 10ª edição do Encontro Anual do PEAC

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras - PEAC se prepara para realizar o seu décimo encontro anual (EPEAC). Os encontros anuais são importantes momentos de discussão sobre as questões e conflitos existentes nas comunidades e, neste ano - como acontece a cada dois anos -, ocorrerá a eleição para a 5ª Gestão do Conselho Gestor, coroando um longo processo de debates ocorrido em 2017 e início deste ano sobre rumos do programa e perfis desejados para as representações comunitárias.

O X EPEAC acontecerá entre 5 e 8 de abril, em Aracaju, com maior duração do que nos anos anteriores para possibilitar uma abordagem mais aprofundada sobre o cenário sociopolítico brasileiro no tocante à legislação ambiental, aos conflitos territoriais e ao fortalecimento cultural impulsionado pela oportunidade de intercâmbio entre as comunidades costeiras.

Este ano também será marcante a presença de representantes de

movimentos sociais, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, e pesquisadores, além do Ministério Público Federal, que já foi representado na última reunião do Conselho Gestor, no dia 2 de fevereiro, pelo assessor Guilherme Tude.

Outras atividades de destaque do décimo encontro são a I Feira dos Povos Tradicionais do Litoral de Sergipe, a Plenária de Mulheres e a Plenária de Homens.

Plenária de Mulheres e Plenária de Homens

Outra novidade desta edição do EPEAC são as plenárias de mulheres e de homens, criadas para se pensar como as questões de gênero atravessam as relações subjetivas, comunitárias e políticas, revertendo-se, por exemplo, em práticas sociopolíticas que tendem a perpetuar papéis hierarquizados e relações de subalternização entre homens e mulheres. As plenárias serão realizadas no primeiro dia de encontro, com o objetivo de fortalecer o debate de gênero para as atividades formativas seguintes.

I Feira dos Povos Tradicionais do Litoral de Sergipe

Com o objetivo de evidenciar o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, a Feira dos Povos Tradicionais do Litoral de Sergipe se propõe a expor e comercializar produtos produzidos nas próprias comunidades, buscando fortalecer as relações de intercâmbio e o valor de uso do que é produzido. A feira ocorre nos dias 6 e 7 de abril, no Oceanário de Aracaju, onde também será possível apreciar a apresentação de grupos culturais que fortalecem as tradições nos territórios através da música e da dança, além de conhecer a cultura gastronômica das comunidades envolvidas. De acordo com o professor Florisvaldo, que coordena as ações de Educomunicação no PEAC, essa iniciativa cumpre um papel importante na missão de oferecer maior visibilidade às culturas.



Grupo de Trabalho do Observatório Social de Royalties realiza diversas atividades em Pirambu

Também executado como projeto do PEAC, o Observatório Social dos Royalties (OSR), também executado dentro do PEAC, visa ao controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural, contribuindo para mitigar impactos produzidos pela atividade de petróleo e gás por meio da organização político-econômica das comunidades da região afetada.

As atividades do OSR se concentram no município de Pirambu desde 2014, por ser este um dos municípios com maior contribuição de royalties no orçamento municipal e, ao mesmo tempo, com alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Sergipe.

O OSR trabalha com discussões específicas sobre o repasse dos royalties, os riscos que acompanham os grandes empreendimentos e o incentivo a iniciativas estruturantes para a socioeconomia local, aumentando a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades e evitando os impactos da dependência dos royalties diante de qualquer declínio da produção de petróleo e gás no futuro.

Conselho Municipal de Fiscalização dos Royalties

Desde março de 2017, um grupo de mobilização formado por membros do Grupo de Trabalho OSR e outros moradores de Pirambu coleta assinaturas para propor na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei (PL) de iniciativa popular para a criação, em Pirambu, do Conselho Municipal de Fiscalização dos Royalties (CMFR). Para ser apresentado, o PL precisa ser assinado por pelo menos 5% do eleitorado do município, ou seja, cerca de 400 pessoas.

Entre os meses de novembro de 2017 e janeiro de 2018, o grupo realizou coletas nos povoados Alagamar, Água Boa e Santa Isabel. Com essa atividade de diálogo e entrega de materiais como folder e fanzine, o OSR promove uma intensa discussão sobre a realidade do município de Pirambu e a importância do controle social e popular dos seus recursos.

Além da campanha pela criação do



OSR realiza oficina sobre Comunicação e Mídias Sociais

CMFR, o GT toca uma série de círculos de debates sobre temas que afetam diretamente a vida dos moradores de Pirambu, convidando setores organizados da sociedade e a gestão pública para apontar os problemas, dificuldades e construir alternativas para a melhoria nas condições de vida e trabalho dos moradores. O primeiro círculo foi sobre agricultura.

O grupo de Turismo de Base Comunitária Cambuí

Na linha do fortalecimento da diversificação da economia, o Turismo Comunitário tem recebido especial atenção. O grupo de Turismo de Base Comunitária Cambuí, formado por jovens do povoado Lagoa Redonda, atua com o apoio do OSR recebendo assessorias para planejamento de ações em torno da organização comunitária na recepção de turistas. Entre as ações realizadas está uma série de oficinas sobre Comunicação e Mídias Sociais, voltadas para as ações de comunicação interna e externa do grupo.

Em dezembro de 2017, os jovens realizaram uma roda de contação de histórias com os moradores mais antigos de Lagoa Redonda, quando foram lembradas histórias, causos, lendas e memórias construídas coletivamente no povoado. O contato



Coleta de assinaturas para campanha pelo CMFR

entre os mais jovens e os mais velhos possibilitou aos mais novos uma percepção de pertencimento à memória da comunidade e aos mais velhos a expectativa de que os que vieram depois continuem lutando pelo bem coletivo da comunidade.

Os jovens também estão organizando e realizando visitas a pontos turísticos do povoado. Embora de maneira ainda iniciante, essa ação já demonstra o potencial da juventude rural, geralmente não contemplada nos planos de gestão municipal.

Projeto de organização e fortalecimento das marisqueiras segue com intensa atividade



Na última edição do Informativo, em julho de 2017, noticiou-se a intensa mobilização de mulheres do projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe para estruturar o Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) com

“É um prazer, uma felicidade. A gente se torna uma família”

as eleições das coordenações locais nas 14 comunidades envolvidas, num processo que envolveu mais de 700 mulheres. De lá para cá, a mobilização só cresceu, assim como a articulação do movimento com outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MCC).

O III Encontro Inter-regional das Marisqueiras

Além de se debruçarem sobre o cronograma de ações para tornar realidade tudo que o foi discutido e planejado, as marisqueiras já começam a dar atenção a um importante evento: o III Encontro Inter-regional das Marisqueiras, que acontecerá nos dias 27 e 28 de julho deste ano, em Aracaju.

O Encontro é um momento de discussão coletiva sobre a realidade das mulheres marisqueiras. Foi no primeiro deles, em 2013, que se iniciou o movimento para a fundação do MMS, a partir do estabelecimento de uma Carta de Luta.



Ainda em 2017, no dia 11 de novembro, o projeto realizou a primeira etapa do planejamento de ações do plano de trabalho, na comunidade de Muculanduba, em Estância/SE. As coordenadoras locais falaram sobre suas trajetórias de vida desde a mariscagem, que muitas vezes começa na infância, até a inserção no movimento. “O MMS é um prazer, uma felicidade, a gente se torna uma família”, celebrou a marisqueira Geonísia dos Santos, conhecida por Nice.

Nessa etapa também foi discutida e encaminhada a participação de representantes do MMS em duas atividades: o Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas, em Aracaju/SE, e o Grito da Pesca Artesanal, em Brasília/DF.

A professora Michele Vasconcelos, que coordena na UFS a equipe técnica executora do projeto, considera que este “cumpre o importante papel de potencializar a atuação de mulheres que atuam em face da invisibilidade de suas diversas formas de trabalho e de todos os perigos que esse mesmo trabalho demanda, buscando cada vez mais redes de apoio e de serviços e ferramentas de transformação social”.

Novas metodologias: Grupos de Base e Cineclubes



Dando continuidade ao planejamento, nos dias 1 e 2 de dezembro foi realizada uma nova reunião, também em Muculanduba. O evento foi iniciado com uma mística que aqueceu o espírito de luta das militantes do movimento, seguida de uma análise de conjuntura feita pelo coordenador geral do PEAC pela UFS, professor Eraldo da Silva Ramos Filho.

Em sua avaliação, Eraldo considerou que o atual momento político é marcado por retrocessos e perdas de direitos, com atenção aos elementos que se relacionam com o cenário de crise estrutural do sistema capitalista, com as ameaças aos territórios camponeses e pesqueiros e com as resistências dos povos tradicionais. Após a análise, o debate foi guiado por duas questões centrais: o que as marisqueiras querem conquistar e como fazer para alcançar tais conquistas.

No embalo de um grupo de forró pé de serra da própria comunidade, à noite houve um momento de maior integração entre os participantes com um jantar comunitário organizado pelas marisqueiras, que aproveitaram a ocasião para apresentar suas lutas e sua forma de organização.

No dia seguinte, foram apresentadas as ações previstas no atual plano de trabalho e a metodologia adotada, sendo as reuniões dos Grupos de Base e a criação de Cineclubes as principais novidades. Os grupos debateram sobre os eixos: Auto-organização e gênero; Saúde; Subjetividade e gênero; Trabalho feminino na pesca artesanal e gênero.

Conselho Gestor busca fortalecer aproximação com os projetos de mitigação do PEAC



Reunião ampliada do Conselho Gestor, com representantes de todos os projetos

Formado por representantes dos 12 municípios da área de abrangência do PEAC, o Conselho Gestor do programa é eleito a cada dois anos. Além das discussões sobre os projetos de compensação que buscam atender às 95 comunidades costeiras atendidas, o Conselho tem buscado, por orientação do IBAMA, intensificar o envolvimento com ações de mitigação dentro do PEAC.

Para isso, o projeto passou a buscar aproximação com as bases comunitárias a partir das assessorias a associações - em questões específicas de organização comunitária e acesso a políticas públicas. Atualmente são assessoradas as comunidades de Arame I, em São Cristóvão, Pedra D'Água, em Santa Luzia do Itanhí, Barrosinho, em Aracaju, e Poças, em Conde-BA.

Grupos de Trabalho dão continuidade aos processos formativos

Outra atividade intensificada nos últimos meses é a de Grupos de Trabalho (GT) para aprofundar as discussões sobre temas relacionados à Educação Ambiental Crítica. Os últimos trabalhos do GT focaram em ações previstas no atual Plano de Trabalho do projeto, com reuniões que aconteceram nos dias 10 de novembro e 22 de dezembro de 2017.

O primeiro encontro serviu de espaço para a construção da metodologia a ser adotada em intercâmbios a fim de promover a troca de experiências

relacionadas à organização sociopolítica, à cultura, à resistência e a particularidades dos territórios da área de abrangência do programa. Também foram discutidas formas de viabilizar a participação de conselheiros em eventos com debates correlacionados ao PEAC.

Na reunião de novembro foram definidos os(as) conselheiros(as) do PEAC que iriam participar do “VIII Seminário Nacional de Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas”, além da participação na “Feira Camponesa” com a comercialização de artesanatos, licores e doces.

Nesse mesmo encontro foram iniciadas discussões sobre o processo de construção da legislação do Gerenciamento Costeiro de Sergipe (GERCO), que impactará diretamente no cotidiano das comunidades do litoral sergipano. Tal debate contribuiu para uma maior aproximação com o tema da chamada Linha F do PEAC, requerida pelo IBAMA para apoiar a discussão e o estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima.

Em encontro realizado em dezembro de 2017, os participantes do GT dialogaram sobre o Teste de Longa Duração (TLD) do reservatório de Farfan, novo empreendimento em águas profundas pleiteado pela Petrobras, e sobre a Lei 8.327 de 4 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual da Carcinicultura. No dia 16 daquele mesmo mês, parte



Reunião de assessoria a comunidades

dos conselheiros e representantes de comunidades estiveram presentes na reunião pública exigida pelo IBAMA para o licenciamento do TLD de Farfan. Viabilizar a participação qualificada dos representantes das comunidades nas várias etapas do processo de licenciamento ambiental é um objetivo fomentado pelo Ibama em seus Programas de Educação Ambiental (PEA).

A participação do Conselho na reunião pública foi debatida e avaliada pelo coletivo no GT seguinte. Como encaminhamento final, os(as) conselheiros(as) propuseram a elaboração de um documento, protocolado no IBAMA, com sugestões e questionamentos sobre o Relatório de Impacto Ambiental (RIA) do TLD.

Seguindo a estratégia de maior integração entre projetos do PEAC e destes com outros projetos de interesse comunitário que se desenvolvem nos territórios, as reuniões ordinárias do Conselho Gestor têm sido enriquecidas, também, com a participação de representantes do Projeto das Marisqueiras e do Observatório Social dos Royalties.

Sob nova coordenação, equipe da UFS dá continuidade aos projetos do PEAC

O PEAC iniciou o Plano de Trabalho 2017/2018 com nova coordenação geral pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Com a saída da professora Maria do Socorro Ferreira da Silva, o programa passou a ser executado, desde setembro do último ano, sob a coordenação do professor Eraldo da Silva Ramos Filho, também do Departamento de Geografia.



Professor Eraldo apresenta nova equipe em reunião do Conselho Gestor

“É a oportunidade de fortalecimento mútuo”

Além dos três projetos em execução - Conselho Gestor, Observatório Social dos Royalties e Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe -, coordenados pelas professoras Rosana Batista, Christiane Campos e Michele Vasconcelos, respectivamente -, o PEAC agora conta com os Núcleos de Administração (NAL), coordenado por Hilda Regina; de Pesquisa, pela professora Lucy Ketterer, e de

comunicação, pelo professor Florisvaldo Rocha, que buscam potencializar as atividades dessa áreas já existentes no programa.

Esse desenho multidisciplinar pretende proporcionar maior integração dos projetos, aprofundar as pesquisas e potencializar nos sujeitos comunitários formas de comunicação de seus valores e de suas lutas, numa interação que constrói e fortalece laços com base nas expressões culturais, históricas, afetivas e políticas, e nas experiências de organização sociopolítica presentes nos

municípios costeiros de Sergipe e do norte da Bahia (Jandaíra e Conde).

Segundo o professor Eraldo, o que há de mais estimulante em assumir a coordenação de um programa como o PEAC “é a oportunidade de fortalecimento mútuo no tocante às r-existências dos povos e comunidades tradicionais das zonas costeiras e estuarinas do PEAC. Por outro lado, temos grandes desafios pela frente, buscando a justiça territorial diante dos conflitos/ameaças vivenciados nos territórios”.



TELEFONES ÚTEIS

0800 Petrobras
(Ligação gratuita)

Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras em Aracaju, SE

(79) 3212 2228
(79) 3212 2255

launseal@petrobras.com

Linha verde IBAMA
(Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

O informativo dos empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional (PCSR), medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Petrobras

Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas
Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, CONRERP 309 - 7ª Região

Rua Acre, 2504, Bloco F, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010
(79) 3212-2228 | launseal@petrobras.com.br
Tiragem: 5.000 exemplares